

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AUTONOMIA FEMININA

Alcione Lino de Araújo¹

Instituto Federal do Maranhão
alcione.lino@ifma.edu.br

Plínio Gonçalves Fahd²

Instituto Federal do Maranhão
prof.fahdlino@gmail.com

Resumo

O presente estudo, objetiva investigar o papel da economia solidária para autonomia feminina na Associação das Colônias. Com este enfoque as mulheres vêm conquistando seu espaço na Associação, através do Projeto Cozinha Comunitária, onde elas fabricam produtos processados e de panificação; esta conquista dar-se-á também na independência financeira; onde elas já não dependem exclusivamente do marido. É imprescindível que a economia solidária esteja relacionada com o desenvolvimento rural e a agricultura familiar para que juntos possam, de certa forma, trabalharem para o bem comum a todos. A Associação das Colônias fornece produtos in natura e processado para a Secretaria Municipal de Educação na cidade de Castro – PR, atendendo aos requisitos dos programas de políticas públicas do Governo Federal, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A metodologia usada neste trabalho é aplicada, do ponto de vista de sua natureza; qualitativa e quantitativa, quanto ao problema; exploratória e descritiva, quanto aos objetivos; levantamento, quanto aos procedimentos técnicos. Quanto à população e amostra, significou em 100%, ou seja, a pesquisa foi realizada com as dezessete mulheres associadas. Como resultado foi verificado que na Associação das Colônias as mulheres conquistaram a sua autonomia através do trabalho que elas realizam, a fabricação de produtos processados e de panificação. A guisa de conclusão um dos pontos principais dos programas de políticas públicas do Governo Federal – PAA e PNAE – para Associação das Colônias na cidade de Castro – PR foi a integração entre a comunidade, a agricultura familiar e os vários segmentos governamentais e sociais.

Palavras-chave: mulheres; produtos processados; projeto cozinha comunitária.

SOLIDARITY ECONOMY AND FEMALE AUTONOMY

Abstract

The present study aims to investigate the role of the solidarity economy for female autonomy in the Association of Colonies. With this approach, women have been gaining their space in the Association, through the Community Kitchen Project, where they manufacture processed and bakery products; this achievement will also occur in financial independence; where they no longer depend exclusively on their husband. It is essential that the solidarity economy is related to rural development and family farming so that together they can, in a certain way, work for the common good of all. The Association of Colonies supplies fresh and processed products to the Municipal Department of Education in the city of Castro – PR, meeting the requirements of the Federal Government's Public Policy programs, the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Meal Program (PNAE). The methodology used in this work is applied, from the point of view of its nature; qualitative and quantitative, regarding the problem; exploratory and descriptive, regarding objectives; survey, regarding technical procedures. As a result, it was verified that in the Association of Colonies, women gained their autonomy through the work they carry out, the manufacture of processed and bakery products. As a result, it was verified that in the Association of Colonies, women gained their autonomy through the work they carry out, the manufacture of processed bakery products. By way of conclusion, one of the main points of the Federal Government's public policy programs – PAA and PNAE – for the Association of Colonies in the city of Castro – PR was the integration between the community, family farming and the various government and social segments.

¹ Pós-doutorado, Doutorado e Mestrado em Engenharia da Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Ponta Grossa – PR.

² Mestrando em Administração e Ciências Contábeis – FUCAPE Business School – São Luís – MA.



Keywords: women; processed products; community kitchen project.

ECONOMÍA SOLIDARIA Y AUTONOMÍA FEMENINA

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo investigar el papel de la economía solidaria para la autonomía femenina en la Asociación de Colonias. Con este enfoque, las mujeres han ido ganando su espacio en la Asociación, a través del Proyecto Cocina Comunitaria, donde elaboran productos elaborados y de panadería; este logro también se dará en la independencia financiera; donde ya no dependen exclusivamente de su marido. Es fundamental que la economía solidaria se relacione con el desarrollo rural y la agricultura familiar para que juntos puedan, de cierta manera, trabajar por el bien común de todos. La Asociación de Colonias abastece de productos frescos y procesados a la Secretaría Municipal de Educación de la ciudad de Castro – PR, atendiendo a los requerimientos de los programas de Política Pública del Gobierno Federal, el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE). La metodología utilizada en este trabajo es aplicada, desde el punto de vista de su naturaleza; cualitativo y cuantitativo, respecto del problema; exploratorio y descriptivo, en cuanto a objetivos; encuesta, sobre procedimientos técnicos. En cuanto a población y muestra significó el 100%, es decir, la investigación se realizó con las diecisiete mujeres asociadas. Como resultado se constató que en la Asociación de Colonias las mujeres ganaron su autonomía a través del trabajo que desempeñan, la elaboración de productos elaborados y de panadería. A modo de conclusión, uno de los puntos principales de los programas de política pública del Gobierno Federal – PAA y PNAE – para la Asociación de Colonias de la ciudad de Castro – PR fue la integración entre la agricultura comunitaria, familiar y los distintos segmentos gubernamentales y sociales.

Palabras clave: mujer; productos procesados; proyecto de cocina comunitaria.

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo e associação, como uma das formas de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurgiu no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho (Tauile; Rodrigues, 2004).

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo, nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência.

De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade de os trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Experiências coletivas de trabalho e produção que vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, por meio de cooperativas de produção, serviços e consumo, das associações de produtores, redes de produção, consumo, comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras formas de organização.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo central investigar o papel da economia solidária para autonomia feminina na Associação das Colônias através da fabricação de produtos processados e de panificação, que são produzidos pelas mulheres associadas à Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, doravante Associação das Colônias, na cidade de Castro – PR, onde o Projeto Cozinha Comunitária fortaleceu e agregou valor ao trabalho desenvolvido pelas mulheres em suas residências, quais sejam: pães, biscoitos, cucas, broas, doces de frutas, polpa de frutas, molho de tomate, etc.

Com esses conhecimentos adquiridos, houve um interesse por parte das mulheres da associação para atender aos requisitos dos programas de políticas públicas do Governo Federal Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), esses programas têm como objetivo comum, incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional, os produtos processados e de panificação fazem parte da merenda escolar, tanto nas escolas da zona urbana quanto da zona rural na cidade já mencionada.

A participação crescente de mulheres brasileiras no mercado de trabalho é uma das mudanças sociais mais notáveis no país desde os anos 60; na agricultura familiar não é diferente. O trabalho feminino permite que a mulher possa alcançar sua independência econômica, além de contribuir no orçamento familiar, aumentando suas expectativas de consumo (Rossini, 2002). Então, diante dessa observação do autor, verificou-se *in loco*, quando estava sendo aplicado o questionário para essa pesquisa, no período de setembro e outubro de 2022, que as mulheres as quais fazem parte da Associação das Colônias estão cada vez mais buscando alcançar sua independência econômica, elas contribuem significativamente no orçamento familiar, e suas expectativas de consumo aumentam cada vez mais, conforme relato na análise dos resultados.

Contudo, observa-se que na agricultura familiar existe desigualdade de gênero; e essa desigualdade, ao longo do tempo, é bastante evidenciada, mesmo hoje tendo alcançado vários direitos, as mulheres agricultoras se encontram em uma luta incansável pela igualdade e pela verdadeira efetivação de seus direitos de cidadania. Nota-se que, ainda prevalece o conservadorismo patriarcal, no qual as mulheres recebem um percentual de trabalho maior do que os homens, sendo responsáveis não somente das tarefas domésticas, como também pelos afazeres da lavoura.

Cotidianamente, as mulheres recebem um tratamento desigual em relação aos homens. Na agricultura, essas desigualdades parecem acentuar-se ainda mais, devido às diferenças no mundo do trabalho através da divisão sexual, em que o trabalho masculino ainda é, na sua maioria, mais valorizado que o feminino; isso porque os homens são considerados os responsáveis pelo sustento da família, trabalhando, portanto, na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado, seja na política, na religião, ou no serviço militar; enquanto que as mulheres são excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução. Por toda parte e sempre, o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução; produção masculina “vale” mais que produção feminina, mesmo quando uma e outra são idênticas, em um processo no qual o valor induz a uma hierarquia social (Scott; Cordeiro, 2006).

Considera-se, portanto, necessário reconhecer o papel do feminismo e do processo de auto-organização das mulheres, que tem como um de seus resultados a incorporação da questão de gênero na pauta dos diversos movimentos e organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta revisão, conceitua-se economia solidária e autonomia feminina na agricultura familiar, analisando o que se entende para que as mulheres possam conquistar a emancipação financeira nos seus termos sinônimos na literatura, correlacionando estas duas variáveis ao objeto de estudo.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária surge no Brasil na década de 1980 e toma impulso na segunda metade dos anos 1990, como resultado da luta dos movimentos sociais, os quais tinham como objetivo reagir à crise do desemprego decorrente das transformações no mundo do trabalho que aconteciam naquela época. Em relação ao seu surgimento, Singer e Souza (2000) esclarecem que ela nasce como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Nesse sentido, a economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios.

A economia solidária pode ser entendida como iniciativas de natureza associativa ou cooperativa, que buscam a solução de problemas públicos, relacionados à sua condição socioeconômica, por meio do fomento à criação de atividades que geram renda. É importante construir ações territorializadas que valorizem e fortaleçam o bem viver, baseadas na economia solidária para alcançar soluções sustentáveis. A economia solidária se manifesta através de uma pluralidade de atividades direcionadas a geração de trabalho e renda, envolvendo diferentes tipos de empreendimentos, também envolvem atividades de suporte como financiamento, comércio, consumo de bens e serviços ofertados pelos empreendimentos (Oliveira *et al.*, 2023; Machado; Maciel; Thiollent, 2021).

A economia solidária é uma outra economia, na qual não há um patrão e não há um empregado. Uma economia feita coletivamente e acompanhada democraticamente pelo conjunto dos trabalhadores envolvidos. A decisão e a organização do trabalho estão nas mãos, na cabeça, na inteligência dos trabalhadores. Não tem um patrão, mas um coletivo de pessoas que vivem de um trabalho que é essencial para eles, mas sem subordinação, sujeição. O controle é feito coletivamente, nas assembleias e através da discussão dos problemas (Paixão, 2018).

No que se refere, especialmente, à agricultura familiar, enfatizam-se as potencialidades de produção e comercialização conjunta, a agregação de valor, a necessidade de políticas públicas adequadas e de fortalecimento de mercados locais, a criação de redes de trocas, o

crédito solidário e outras ideias e projetos, visando apoio e fomento à agricultura familiar (Santos, 2011). Investigar essas práticas e normas de gestão significa introduzir um tema de profundidade, uma vez que por trás de práticas e normas estabelecidas encontram-se valores, lógicas e características das relações sociais que interagem em diversas dimensões culturais, sociais, econômicas, religiosas e políticas. Essas práticas são particulares de cada grupo social, influenciando na dinâmica interna e na sua maneira de relacionar-se com as organizações da sociedade, do estado ou do mercado.

A economia solidária é uma forma de produção, comercialização, consumo e distribuição de riquezas, voltada para a valorização do ser humano e não do capital. A igualdade de direitos de produção, a posse coletiva dos cooperados e associados, a solidariedade e a autogestão são consideradas, segundo Singer (2002), como as principais características dessa outra economia.

Para Mance (2000), o termo economia solidária está associado a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento, em particular) em que se defendem, em graus variados, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, autossustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

A economia solidária trata-se da valorização social do trabalho humano, que busca a satisfação das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, reconhecendo, assim, o lugar fundamental da mulher e do feminismo em uma economia fundada na solidariedade, que busca uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e com os valores da cooperação e da solidariedade (Souza; Cunha; Dakuzaku, 2003).

A organização social, que precedeu a organização econômica, está estabelecida com a fixação do homem na terra através da produção e da distribuição de bens e serviços para suprir as necessidades do consumo coletivo. Com o passar dos anos, especialmente a partir da década de 1990, devido à globalização, a evolução tecnológica intensifica-se a proposta de que o mundo deve ser solidário, na esfera governamental, no mercado e nas relações humanas. O autor Irion (1997) classifica como princípios gerais da economia solidária, os principais pontos: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todo o eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminismo em uma economia fundada na solidariedade; a busca de intercâmbio respeitosa com a natureza; os valores da cooperação e da solidariedade. Portanto, quanto ao trabalho das mulheres; a Associação das Colônias procurou promovê-las com o Projeto da Cozinha Comunitária, a qual as mulheres passaram a fabricar produtos processados e de

panificação para serem comercializados à merenda escolar por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, atendendo as especificações dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE.

2.2 AUTONOMIA FEMININA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao longo do tempo as mulheres foram colocadas em uma posição secundária e inferior na sociedade, exercendo o trabalho reprodutivo e de cuidados, cumprindo atividades no âmbito privado, distante do espaço público ocupado pelos homens. Nesse cenário restrito, sua autonomia era quase inexistente, e as decisões de sua vida sempre foram, de forma geral, tomadas por homens: seja seu pai quando solteira, ou seu marido quando casada. Com o passar dos anos, e com os ganhos conquistados pelos movimentos de luta e reivindicatórios dos direitos das mulheres, o cenário mudou em alguns aspectos, e se manteve em outros.

Uma importante mudança se deu com a ampla aceitação das mulheres no mercado de trabalho, que apesar de ainda sofrerem com muitas desigualdades de gênero, tem na sua atividade profissional uma forma de gerar renda e promover sua emancipação. Um dos movimentos de luta por igualdade, e que também se apresenta como uma possibilidade de emancipação das mulheres, se encontra na economia solidária, que por meio das suas práticas busca promover a igualdade entre todos os participantes, inclusive no que diz respeito às questões de gênero. Na agricultura familiar, as mulheres têm vislumbrado na economia solidária, especialmente nas cooperativas e/ou associações, uma forma de serem inseridas nos círculos sociais, políticos e econômicos de forma menos desigual.

Apesar de desempenharem várias atividades (agrícolas e não agrícolas), as mulheres ainda são minoria no mercado de trabalho. Constatou-se que no Censo Agropecuário de 2017, dentre os estabelecimentos onde se pratica a agricultura familiar, os homens são responsáveis por 87,32% do total, enquanto as mulheres são responsáveis por 12,68% do total (IBGE, 2017). Desses estabelecimentos, 22% dos gerenciados por homens contam com algum tipo de assistência técnica, contra apenas 11% dos gerenciados por mulheres (Melo; Vieira, 2012). Isso indica indiretamente que, quando se trata do homem ser o responsável, existe maior acesso à assistência técnica, bem como a programas de financiamento. Porém, segundo o IBGE (2022) no Brasil, as mulheres são a maioria da população, passaram a viver mais, têm menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias.

Apesar de as mulheres representarem a minoria no que se refere à responsabilidade pelos estabelecimentos, participam dos serviços não agrícolas, atividades denominadas de pluriatividades, essas atividades não agrícolas como o artesanato e o turismo, responsáveis pela atribuição de novas funções no meio rural. Nas unidades produtivas familiares que praticam a pluriatividade, as mulheres atuam como atores centrais, combinando atividades tanto agrícolas quanto não agrícolas, pois essa associação decorre da necessidade de diversificação das fontes de renda familiar. Isso significa que a combinação dessas atividades contribui para a manutenção das famílias e da atividade agrícola, visto proporcionar um incremento na renda (Silva, 2009; Röhnelt, 2010).

A contribuição da economia solidária para as mulheres no atual cenário econômico e social brasileiro está associada às relações que vêm sendo pautadas cada vez mais pela escassez de trabalho, e conseqüentemente pela distribuição desigual de renda. Entre os indivíduos que se encontram nessa situação, as mulheres ocupam um papel de destaque, sobretudo por questões históricas.

Essas evidências confrontam-se à própria tendência das mulheres, as primeiras a se organizarem de forma coletiva, especialmente em função da sua escassez de acesso à propriedade, à terra e ao crédito. Principalmente ocasionada por essa carência histórica de acessibilidade, as mulheres enxergam as possibilidades pessoais de geração de trabalho e renda como uma libertação da dependência econômica dos homens. As mulheres da Associação das Colônias relataram que quando o Projeto Cozinha Comunitária começou a dar “fruto” como o salário, elas deixaram de depender do marido. Elas mesmas relataram que o seu salário passou a contribuir nas despesas da casa, na compra de um eletrodoméstico, na aquisição de uma máquina para melhorar a produção de pães; e até mesmo a conseguir com essa renda a carteira de motorista. E é neste contexto que a economia solidária pode se apresentar como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros (Guèrin, 2005).

A economia solidária, por se tratar de um processo de organização coletiva, pode servir como instrumento de transformação do papel das mulheres na sociedade, mesmo não sendo concebido como um movimento feito e destinado apenas às mulheres. Prova disso, é a grande e expressiva participação das mulheres nas organizações, sobretudo ocupando cargos de dirigentes de muitos empreendimentos econômicos solidários, como é o caso da Associação das Colônias que tem na Presidência uma mulher.

Conforme destaca Oliveira (2010), a participação das mulheres na produção é elemento condicionante para a construção de uma sociedade mais equânime, democrática e de um modelo

de desenvolvimento social que extrapole o enfoque meramente econômico, que seja primordial a sustentabilidade social, política, cultural, ambiental e econômica.

Assim, a atuação das mulheres na economia solidária a partir das atividades de geração de renda cria a possibilidade de que estas se tornem proprietárias dos meios de produção (agrícolas ou não agrícolas) com as mesmas chances que os homens, mediante a propriedade coletiva. Outro fator beneficiado por esse tipo de propriedade é a renda, mais bem equacionada, entre homens e mulheres, uma vez que a distribuição das sobras parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados e/ou associados, no caso das cooperativas e/ou associações, independentemente do sexo.

Mesmo diante de um contexto de submissão, a investigação por autonomia e do empoderamento das mulheres tem avançado muito nas últimas décadas. A busca por dignidade feminina e por direitos de cidadania ecoou no Brasil, através de Movimentos Feministas e Movimentos de Mulheres. Este último surge embasado por demandas concernentes, principalmente, aos direitos de pequenos grupos de áreas específicas, como, por exemplo, o movimento de mulheres rurais, indígenas, negras e empregadas domésticas. Esses grupos, mesmo lutando por demandas e ações muitas vezes distintas, juntaram-se ao Movimento Feminista, “[...] no final da década de 1970, para lutar por bandeiras comuns envolvendo a busca de direitos para as mulheres” (Angelin; Maders, 2010, p. 92).

Na agricultura familiar, essa desigualdade ao longo do tempo é bastante evidenciada. Ainda que tenham alcançado vários direitos, as mulheres agricultoras encontram-se em uma luta incansável pela igualdade e pela verdadeira efetivação de seus direitos de cidadania. É possível notar que ainda prevalece o conservadorismo patriarcal, no qual as mulheres recebem um percentual de trabalho maior do que os homens, sendo responsáveis não somente das tarefas domésticas, como também pelos afazeres da lavoura.

A vida cotidiana das mulheres agricultoras é caracterizada pelo trabalho contínuo e pesado. Suas tarefas são variadas, incluem desde as questões familiares até as atividades do trabalho produtivo. Assim, pode-se perceber que o trabalho das mulheres, “além de extenuante e fonte de numerosos problemas de saúde, é um trabalho que, como visto, não é socialmente reconhecido como trabalho, mas sim com desígnio próprio de mulheres [...]” (Scott; Cordeiro, 2006, p. 135).

Neste sentido, as políticas públicas têm se demonstrado bastante eficazes para corrigir problemas sociais diversos, desde a seara econômica até a cultural e étnica. O presente revela que o futuro traz muitas outras batalhas até que este *status* de sexo inferior seja exterminado. Há muitos caminhos a percorrer para que a igualdade seja enfim efetivada na agricultura

familiar, para que a mulher agricultora seja vista como parceira do homem em todos os âmbitos, para que seja valorizada e respeitada, uma vez que a própria Constituição Federal de 1988, no artigo 5º inciso I, apregoa a igualdade entre os seres humanos, respeitando as diferenças. Assim, no final não será um ganho somente da mulher, mas sim de toda a humanidade que não precisará conviver com este tipo de cultura de inferioridade. Mesmo expostas a uma vida cotidiana composta de diversas e inúmeras dificuldades, as agricultoras dedicam-se ao máximo para tentar mudar esta situação. Seguem em frente desafiando qualquer tipo de preconceito para lutar pelos seus direitos e “[...] contra o sistema social e econômico que as excluía, bem como a invisibilidade como trabalhadoras pelos governos, expressa na ausência de políticas públicas para as mulheres. [...]” (Seger, 2007, p. 12).

Assim, a autonomia e conquistas das mulheres agricultoras refere-se à capacidade dos indivíduos para tomar decisões livres e informadas sobre as suas vidas, para que possam fazer de acordo com as suas próprias aspirações e desejos, no contexto histórico que os torna possíveis. O atual nível de desenvolvimento econômico, tecnológico e social sugere que uma maior autonomia das mulheres é possível. As condições materiais na região em que vivem podem não oferecer uma explicação razoável para a desigualdade, a mortalidade materna, a gravidez na adolescência, o emprego precário ou a concentração incomum de trabalho doméstico não remunerado nas mãos das mulheres; muito menos à violência de gênero. Assim, a desigualdade é, portanto, a falta de autonomia; principalmente quanto ao resultado da injustiça da má distribuição de poder, renda e tempo entre homens e mulheres, e da falta de reconhecimento dos direitos das mulheres pelas elites políticas e econômicas (OIT, 2023).

De grande valor foram também as políticas públicas conquistadas através da luta dos movimentos de mulheres em todo Brasil, garantindo assim, que o poder público dirigisse sua atenção na construção de políticas públicas para as mulheres, como, por exemplo: trabalho e geração de renda, construção de creches para que as mulheres possam exercer uma profissão, atendimento da saúde da mulher, combate contra a violência doméstica, um crédito especial para as agricultoras (PRONAF Mulher, 2023).

Portanto, elas conseguiram apresentar publicamente muitas de suas reivindicações e grandes vitórias foram alcançadas por estas bravas mulheres que, organizadas e lutando coletivamente, garantiram direitos até então negados e abriram caminhos para as futuras gerações de mulheres e para uma maior emancipação e autonomia feminina.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem como sujeito a Associação das Colônias, localizada no município de

Castro no Estado do Paraná. O foco do trabalho é apresentar uma análise dos produtos processados e de panificação, dessa Associação, para comercialização nos programas de políticas públicas do Governo Federal – PAA e PNAE, bem como relacionar a autonomia das mulheres ao trabalho com esses produtos que fazem parte do Projeto Cozinha Comunitária, no qual são fabricados nas dez cozinhas.

Assim, realizaram-se as pesquisas teórica, documental e de campo, as quais possibilitaram intensificar a familiaridade com as questões trabalhadas.

Quanto à produção dos produtos processados e de panificação, optou-se pela análise das planilhas de registros referentes ao período de 2022 e 2023, nas quais se encontram a lista dos produtos ofertados semanalmente pela Associação das Colônias, solicitados pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro – PR. Esses produtos são distribuídos para as escolas da zona urbana e zona rural do mesmo município, atendendo aos requisitos estabelecidos pelos programas do Governo Federal PAA e PNAE.

O questionário aplicado foi realizado apenas com as 17 mulheres associadas, onde procurou-se identificar o perfil das mulheres associadas; a produção versus a renda familiar; e a economia solidária para a contribuição da autonomia feminina.

O método de abordagem da pesquisa é dedutivo, pois de acordo com Silva e Menezes (2005, p. 25), “só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro” e o “raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas”.

Esse método apresenta-se adequado para a realização dessa pesquisa, pois foram identificados os benefícios promovidos pela economia solidária através da participação da mulher na Associação das Colônias, gerando vantagens com a autonomia feminina na agricultura familiar, através da fabricação de produtos processados e de panificação nas Cozinhas Comunitárias.

A pesquisa teórica representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, por meio de leituras, fichamentos e análises. Para Luna (2007), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referencial teórico que pretende explicá-lo. Corroborando Mendes e Pessôa (2009), nessa mesma linha de pensamento, afirmam que “o referencial teórico permite elaborar representações do mundo real”. Esse novo universo de representações é incorporado a um conjunto de ideias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto unem-se. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações.

A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Esta se assemelha à pesquisa bibliográfica sendo que a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, pois, a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto e a pesquisa documental, de materiais sem tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Segundo Gil (2010, p. 46), na pesquisa documental, as fontes são muito diversas uma vez que “[...] há, de um lado, os documentos ‘de primeira mão’, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, entre outros”.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa classifica-se também como levantamento, uma vez que o estudo enfocou uma situação, um fenômeno particular, relacionado à fabricação de produtos processados e de panificação produzidos pelas mulheres, nas cozinhas comunitárias para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e ser entregue nas escolas da zona urbana e zona rural na cidade de Castro – PR.

Conforme Yin (2005), ao se adotar o levantamento como procedimento técnico, pode-se utilizar documentos, registros em arquivos, entrevistas ou questionários como instrumentos de coleta de dados. No que se refere ao tratamento de dados utilizado na pesquisa, primeiramente foi realizada uma análise quantitativa por meio dos resultados das planilhas produzidas pela própria Associação das Colônias. Posteriormente, o trabalho foi complementado com a aplicação de questionário, com perguntas estruturadas e semiestruturadas, para o delineamento da autonomia das mulheres no que diz respeito a produção de produtos processados e de panificação.

Para Silva e Menezes (2005, p.32), população ou universo da pesquisa “é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”. Desta forma, a população é constituída pelos membros da Associação das Colônias, localizada no município de Castro no estado do Paraná; ou seja, as definem como sendo a “parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra”. Assim, a amostra deste estudo é determinística, do total 68 famílias associadas, foram entrevistadas apenas as mulheres, 17 associadas, as quais serão numeradas e tratadas como “MASS-1, MASS-2, MASS-3, MASS-4, MASS-5, MASS-6, MASS-7, MASS-8, MASS-9, MASS-10, MASS-11, MASS-12, MASS-13, MASS-14, MASS-15, MASS-16, MASS-17” (MASS–Mulher Associada), ou seja, 100%, das associadas que fazem parte do Projeto Cozinha Comunitária. Esse projeto, por sua

vez, contempla 10 cozinhas comunitárias que produzem produtos processados e de panificação para a merenda escolar do município de Castro – PR.

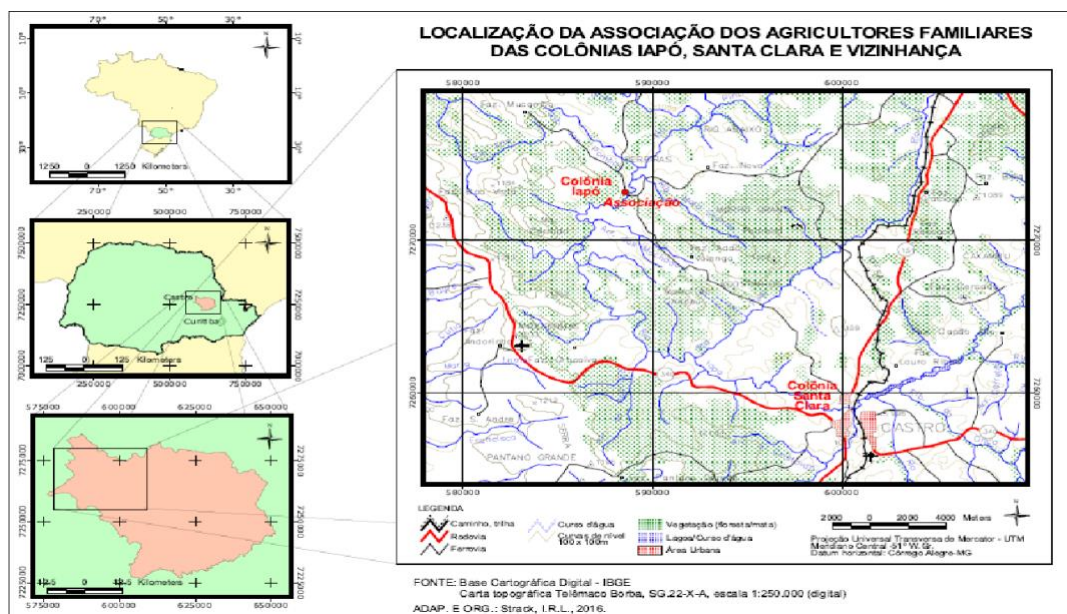
Entretanto, encontram-se agregados à Associação das Colônias os alunos matriculados nas escolas, pois a distribuição dos produtos processados e de panificação tem como referência a quantidade de alunos em cada escola. Assim, em 2022 a quantidade de alunos matriculados foi de 7.524; e 7.370 em 2023, nas escolas do município de Castro no estado do Paraná; esse município tem 26 escolas na zona urbana e 14 escolas na zona rural (INEP, 2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, denominam à Associação das Colônias, localizadas na cidade de Castro – PR (Figura 1), foram colonizadas por povos eslavos (poloneses, ucranianos, tchecos e albaneses) que fugiram devido à invasão russa em seus países de origem, cujo núcleo fundacional ocorreu em 1920, composto essencialmente, por lavradores. Esses imigrantes enfrentaram diferentes dificuldades no processo de adaptação aos padrões culturais e climáticos do Brasil, dentre os quais se registra a indiferença das autoridades brasileiras com a implantação das colônias. Para garantir a sobrevivência uniram-se, a fim de abrir lotes de dez alqueires, adquiridos e destinados a cada família, e formaram um núcleo comum onde construíram o centro comunitário, a igreja e a escola.

A cidade de Castro – PR fica localizada na Mesorregião no Centro Oriental Paranaense, é a terceira mais antiga do Estado do Paraná, com 73.075 habitantes, desses 46.218 vivem em área rural, enquanto 26.857 residem na zona urbana, de acordo com dados do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui uma área territorial de 2.531,503 km², além de uma densidade demográfica de 28,87 habitantes por km², o IDH 0,736, o Produto Interno Bruto (PIB) 1.281.311.000,00 e renda Per Capita R\$ 19.023,81; tendo por municípios limítrofes: Carambeí, Campo Largo, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Pirai do Sul, Ponta Grossa e Tibagi, conforme dados catalogados pelo IBGE (2022).

Figura 1 – Mapa de Localização da Associação das Colônias - 2023.



Fonte: IBGE, 2023 – ADAP. E ORG: Stack, 2023.

A Associação das Colônias através da contribuição dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE distribui os produtos *in natura* e produtos processados e de panificação que compõe o cardápio das escolas no município de Castro – PR, porém para essa pesquisa irá ser abordado só os produtos processados e de panificação. Esse cardápio visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e que atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional.

Precisamente no ano de 2010, o município de Castro criou um setor específico dentro da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente para trabalhar com a agricultura familiar (Goltz, 2022). Com o incentivo da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, em fortalecer os agricultores familiares, foi criada a Associação das Colônias. Concorda-se com Pinheiro (2001) quando o autor destaca que, geralmente, a organização de produtores está relacionada a temas como a obtenção de crédito agrícola e melhoria das condições de produção e comercialização, na resolução de problemas que ganharam espaço na medida em que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país.

A Associação das Colônias, atendendo a todos os requisitos legais de Associativismo, começou a entregar os produtos provenientes da agricultura familiar para a merenda escolar no município, respondendo à chamada pública para produtos hortifrutigranjeiros. No entanto, a

falta de estrutura dos agricultores não atingia e não atendia a produção necessária para cobrir os 30% da merenda escolar e os ânimos arrefeceram.

A partir desse momento, as mulheres das colônias resolveram se envolver no processo, utilizando os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação ministrados pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) para oferecer produtos processados e de panificação na merenda escolar. Segundo a Presidente da Associação: *“Havia à vontade, mas as dificuldades eram muitas, pois tínhamos que ter um local onde fabricar os produtos processados e de panificação e não podia ser em casa”* (Goltz, 2022).

Assim, surgiu a ideia do Projeto Cozinha Comunitária, visando capacitar as mulheres na produção de produtos processados e de panificação, e seria o primeiro passo para a autonomia dessas trabalhadoras. A Associação das Colônias providenciou a documentação exigida pela vigilância sanitária e outros órgãos competentes para o funcionamento da Cozinha Comunitária: *“Foi o dia mais festejado por nós, mulheres. Finalmente tínhamos um lugar para fazer pão, geleias e tudo mais que a gente aprendeu e aprenderá nos cursos”*, segundo o relato da MASS-11.

Diante dessa descrição das atividades desenvolvidas pelos associados, despertou-se pela gestão e controle da produção dos produtos processados e de panificação. Esta pesquisa de posse das planilhas do período que compreende os anos de 2022 e 2023 construiu a análise dos dados quantitativos, da fabricação de produtos processados e de panificação.

Na categoria produtos processado e panificação, os produtos são medidos em quilos, como: doce de frutas, compotas, kit sopa, mandioca e abóbora embalada a vácuo, molho de tomate, polpa de frutas, geleia, bolo comum, bolo de fubá, biscoito caseiro, broa de centeio, chineque, cuca caseira, pão caseiro, pão de leite, pão de mel, pão enriquecido, pão de sementes, pão integral; e macarrão caseiro. Esses produtos são solicitados pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro – PR, semanalmente à Associação das Colônias, pois eles fazem parte do cardápio nas escolas da zona urbana e zona rural; conforme demonstrado o quantitativo mensal na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de produtos processados e de panificação solicitados mensalmente a Associação das Colônias durante o ano de 2022 e 2023.

Categorias	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total- Ano
Produtos processados e panificação-2022	0	0	0	7.969	1.602	0	2.260	2.562	2.500	1.803	1.462	20.158
Produtos processados e panificação-2023	1.634	1728	2.739	2.131	2.081	2.632	1.982	2.005	2.005	562	865	20.364
Total	1.634	1.728	2.739	10.100	3.683	2.632	4.242	4.567	4.505	2.365	2.327	40.522

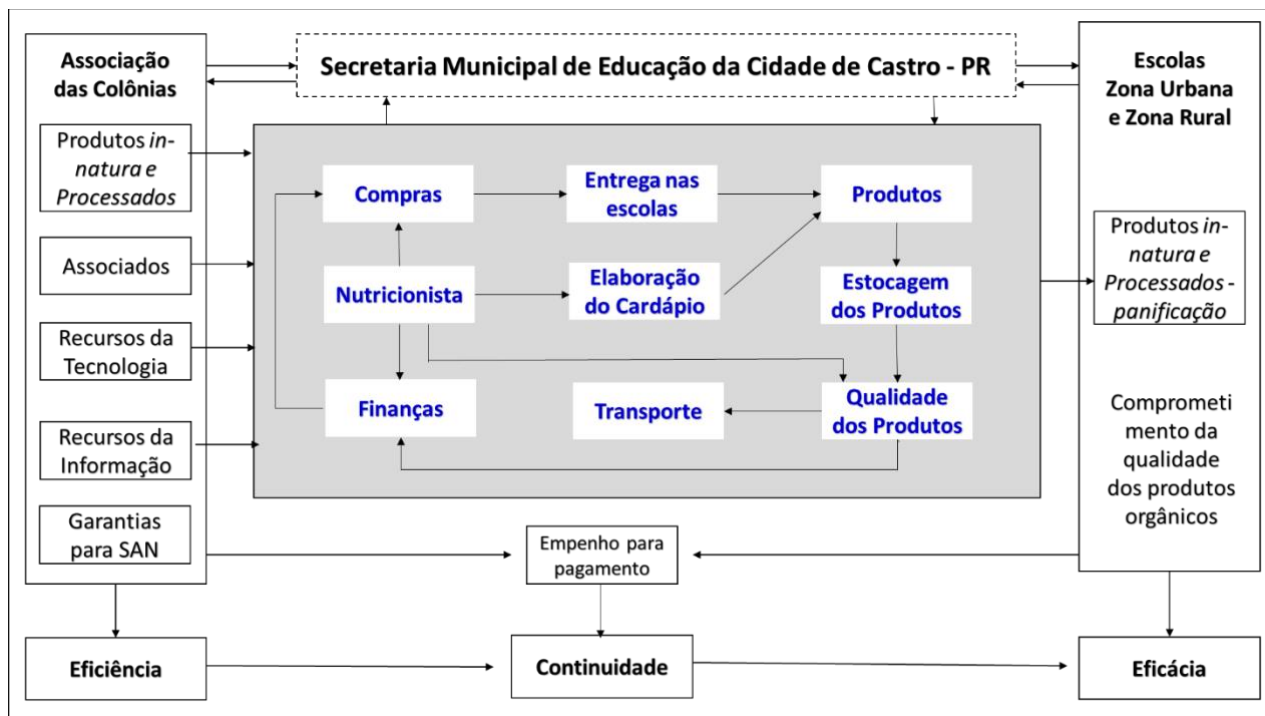
Fonte: Autoria própria (2023).

A tabela 1 apresenta a quantidade de produtos processados e de panificação, entregues nas escolas da zona urbana e rural, atendendo à solicitação mensal da Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro – PR. Os produtos processados e de panificação são entregues por quilo nas escolas cadastradas tanto da zona urbana como da zona rural. Nessa planilha tem-se o total dos pedidos efetuados semanalmente; ou seja, no final de cada mês soma-se o que foi solicitado com o que foi entregue nas escolas e apresenta esse montante a Secretaria para ser efetuado o pagamento. A Tabela 1 apresenta um comparativo de dados e observa-se que em alguns meses há uma evidência de dados, mas também existe a falta de fornecimento nos meses de janeiro a março de 2022 que foi início da implantação e ajuste da produção dos produtos processados e de panificação do Projeto Cozinha Comunitária, em que as mulheres estavam começando a se organizarem para esse trabalho; o mês de julho as escolas estavam de férias e houve uma quebra na produção, porém no ano seguinte observa-se que esse fornecimento de produtos processados e de panificação foi contínuo. Sendo assim, essa comparação proporcionou uma análise mais elucidativa dos dados que se teve acesso através das planilhas e que pudesse desses dados construir um arcabouço de entendimento, elucidando e demonstrando que neste momento já se consegue enfatizar que o estudo sobre a produção produtos processados e de panificados na Associação das Colônias corrobora para a autonomia feminina, devidos aos produtos terem maior destaque na produção e comercialização.

Portanto, ao analisar a representação da Figura 2, verifica-se que a Secretaria Municipal de Educação na cidade de Castro-PR utiliza de diferentes recursos, os quais são acionados para adquirir os produtos processados e de panificação da Associação das Colônias que são oferecidos aos alunos das escolas tanto da zona urbana como da zona rural, atendendo aos requisitos dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE. O objetivo final da Secretaria Municipal de Educação é garantir o alimento aos alunos em quantidade, com

qualidade e regularidade necessárias, promovendo a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; e atendendo as exigências dos programas de políticas públicas do Governo Federal.

Figura 2 - Fluxo da Secretaria Municipal de Educação e seus subsistemas de aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar



Fonte: Adaptado de Castelli (2001).

Quanto ao perfil socioeconômico das entrevistadas procurou-se construir a representação das associadas quanto ao nome, idade, informação étnico-racial, escolaridade, estado civil, quantidade de filhos, local onde reside. As respostas foram muito variadas, por se tratar de questionamentos individuais. As mulheres que responderam esta pesquisa tiveram sua identidade preservada com codinome MASS (Mulheres Associadas): MASS-1, MASS-2, MASS-3, MASS-4, MASS-5, MASS-6, MASS-7, MASS-8, MASS-9, MASS-10, MASS-11, MASS-12, MASS-13, MASS-14, MASS-15, MASS-16, MASS-17. Observou-se que a média de idade entre as mulheres é de 35 anos. A cor, branca, é predominante entre elas. A escolaridade quanto ao ensino médio completo e quanto ao ensino fundamental incompleto foi idêntica em cinco respostas; duas possuem curso superior completo, uma possui ensino superior incompleto e quatro possuem ensino fundamental completo; mesmo tendo uma média de escolaridade relativamente baixa, as mulheres se consideram com um nível de escolaridade bom para o trabalho que desempenham, pois não exige muita habilidade de leitura e sim o conhecimento prático. Quanto ao estado civil das 17 respondentes, 14 são casadas, dessas 11

possuem em média de 3 a 4 filhos; com exceção de MASS-14, que tem 5 filhos. O sexo predominante nos filhos é feminino. Quanto à questão da residência se morou sempre da zona urbana ou zona rural; das 17 respondentes, 5 moraram na zona urbana antes de se casarem, as demais sempre moraram na zona rural.

Sobre a quantidade de produtos fabricados em cada cozinha comunitária, é diferenciado devido aos produtos produzidos por cada cozinha, como: molho de tomate, pão caseiro, pão de leite, pão de mel, pão enriquecido, pão de sementes, pão integral, bolachas pão de mel, polpa de frutas, geleia, cuca, broa, kit sopa, mandioca e abóbora embalada a vácuo, e biscoito. Porém, a quantidade de quilos produzidos faz parte de um mesmo grupo como, por exemplo: quem fabrica pães, cuca, broa e biscoito, a quantidade de quilos varia em média de 113 a 230 kg por mês; já quem fabrica molho de tomate, kit sopa, mandioca e abóbora embalada a vácuo e polpa de frutas, a média de produção é de 300 kg por mês; bolachas e pão de mel, 150Kg por mês. A produção é individual por cada cozinha comunitária.

A quantidade de horas dedicadas à produção desses produtos fica em torno de 20 horas por semana, durante dois a três dias, sendo: sábado e domingo; segunda e terça-feira; sexta, sábado e domingo; ou ainda terça e quarta-feira; é muito variável, depende da quantidade de produtos solicitados pela Nutricionista a Associação das Colônias. Das respostas obtidas apenas uma das associadas (MASS17) que trabalha todos os dias dedicados a produção porque além de ela produzir para os programas de políticas públicas do Governos Federal PAA e PNAE, ela vende porta a porta, na cidade de Castro, sua produção de pães, consequentemente ela é a que mais produz.

Como não é espantoso para ninguém, quanto se indagou sobre a quantidade de horas e dias que as mulheres trabalham em casa; um fator que mais chamou atenção nas respostas foi que além de trabalharem as horas e dias relatados ainda cumprem com a sua “obrigação” em casa. Observou-se que elas responderam na pesquisa que *“o trabalho em casa não para; que se não fosse a hora de dormir trabalhavam 24 horas ininterruptas, os sete dias da semana”*, discurso de todas as associadas. Assim, as mulheres trabalham mais do que os homens. Na verdade, o uso do tempo da mulher é muito diferente do homem. *“O tempo remunerado é maior entre os homens e o não remunerado é maior entre as mulheres”*. A mulher gasta em média, mais de 30 horas de trabalho por semana com afazeres domésticos. Em certos ciclos da vida, o trabalho se torna extremamente intenso, isso ocorre quando se combinam o trabalho fora de casa com os afazeres domésticos e o cuidado das crianças pequenas (Pastore, 2002, p. 92).

Perguntou-se se toda produção que as mulheres fabricavam era comercializada ou não, e foi unânime a resposta *“sim”*, isto é, a produção era destinada à merenda escolar, solicitada

pela Secretaria Municipal de Educação através da Nutricionista que elabora o cardápio semanal e realiza o pedido dos produtos processados e de panificação a Associação das Colônias. E que quanto à produção que é fabricada na sua maioria não há nenhuma dificuldade a ser produzida; apenas duas respostas apresentaram retorno contrário, uma (MASS06) especificou que a *“dificuldade encontrada diz respeito a falta de máquina apropriada para produção de bolachas”*, ou seja, para que houvesse uma uniformidade na fabricação das bolachas (com uma máquina as bolachas seriam padronizadas); no momento as bolachas são fabricadas sem uma uniformidade, sem um tamanho padrão. A outra (MASS10) resposta é quanto ao *“esforço físico para suportar as 20 horas semanal de produção em pé; principalmente para ser fabricado o molho de tomate e as polpas de frutas por não ter uma máquina despoldadeira”*.

Foi questionado qual era a atividade principal desenvolvida pelas mulheres antes de participarem da Associação das Colônias; e obteve-se as seguintes respostas: *“dona de casa”*; *“estudava”*; *“trabalhava na lavoura”*; *“trabalhava na pecuária”*; *“ajudava o marido na produção de leite”*; *“trabalhava na horta”*. E foi relatado que esse trabalho não era muito prazeroso, que muitas vezes não era rentável e que essa atividade por si só não consegue fazer com que a mulher seja valorizada. As mulheres ainda declararam que hoje se consideram produtoras de panificação e produtos processados por terem uma renda e por terem horas de trabalho a cumprirem.

Diante dessa realidade, indagou-se quanto era a renda recebida com a produção de produtos processados e de panificação fabricados nas cozinhas comunitárias, e as respostas variaram de um a três salários-mínimos, dependendo da quantidade produzida no mês. Nessa mesma abordagem estava-se investigando se essa renda era suficiente ou não para o trabalho desenvolvido, e quase todas responderam que *“sim”*; *“que esse faturamento ajudava a completar a renda familiar”*; *“era satisfatória pelo fato de não trabalhar todos os dias”*; *“por suprir as necessidades da casa”*; *“porque os preços pagos pela produção eram justos e não há muito custo”*; *“pela independência conquistada pelo valor monetário que recebe”*; *“por não ter que depender 100% da renda do marido”*; e *“porque através dela conseguiu realizar alguns sonhos que seriam com certeza impossíveis, sem contar com o aumento da autoestima”*. Por todas essas respostas anteriormente apresentadas de terem um rendimento satisfatório dar-se-á em virtude de que a maioria, ou seja, 13 respondentes, não dispunha de nenhuma renda antes de fazer parte do projeto cozinha comunitária, e as demais que já tinham alguma renda quanto na ocupação de *“delivery”*, as respostas ficaram subentendidas tanto no valor, muito embora entendeu-se que não passava de dois salários-mínimos.

Verificou-se que com a renda recebida pelos produtos fabricados através do projeto cozinha comunitária, as mulheres responderam que se encontravam satisfeitas com a renda recebida, relataram o que já haviam adquirido, como: “roupas”, “sapatos”, “geladeira”, “máquina de lavar roupa”, “batedeira”, “móveis e eletrodomésticos”, “fogão”, “carteira de motorista”, “cordeiros para investimento”, “cilindro elétrico”, “guarda roupa”, “televisão”, “benfeitoria para casa”, “conserto de carro”, “compra de carro para trabalhar”, “pagamento de contas antigas”, além disso, há quem respondeu que “projeta construir uma casa nova” e que “conseguiu formar uma filha professora e um filho técnico em eletrônica”, tudo por meio dessa renda. Isto representa a autonomia versus a qualidade de vida da trabalhadora rural.

Portanto, com toda essa independência financeira da mulher o nosso país ainda é caracterizado como machista; houve uma pergunta em que se questionou como seu esposo ou companheiro enxerga sobre sua renda hoje?; as respostas obtidas foram que: “ele (o marido) acha bom”; “é mais uma fatia de pão na mesa”; “ajuda nas despesas de casas e no auxílio de manter os filhos”; “as vezes, existe um pouco de insegurança dele (do marido) sobre a minha independência financeira”; “ele (o marido) considera esta oportunidade maravilhosa”; “ele (o marido) está muito animado me ajudando”; “me dando força e apoio na produção e nas vendas”; “considera uma oportunidade de desenvolvimento”.

Quanto à questão de melhoria para produção de panificação e produtos processados, as associadas informaram que é necessário ficar atenta, quanto aos padrões de higiene e boas práticas estabelecidos pela vigilância sanitária, a produtos como molho de tomate, kit sopa, mandioca e abóbora embalada a vácuo; elas abordaram que “é sempre bom estar aberto para novos projetos e entregar em outros lugares (novos mercados)”; “melhorias são sempre bem vindas”; “produzir mais em menor tempo com novos maquinários”; “aperfeiçoamento em novos cursos”, e diante destas observações relatadas anteriormente, foi questionado se haveria possibilidade de melhoria para aumentar a produção; e no que diz respeito a essa questão, observou-se que as repostas foram: “venda em supermercados e em outros lugares no município, como hospitais”; “investimento em maquinários melhores para produtos de panificação”; “maior divulgação dos produtos fabricados nas cozinhas comunitárias”; uma resposta destacou-se em virtude de informar (MASS14) que no momento da pesquisa “a cozinha está sendo ampliada para que comporte uma amassadeira industrial com maior capacidade; e também está adquirindo um forno industrial maior para que ela possa produzir mais em um menor espaço de tempo”.

Quanto ao conhecimento sobre economia solidária, uma vez que a Associação das Colônias faz parte do Projeto Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais, desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), com o apoio da UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, através de um Projeto financiado pela PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Diante desse aspecto, todas responderam que “*sim*”, que já tinham ouvido falar em economia solidária nas reuniões na Associação das Colônias promovidas pela IESOL; e o que elas entendiam por economia solidária: “*preço justo pelo produto e colaboração entre as partes*”; “*peessoas unidas num só objetivo*”; “*economia onde todos se ajudam e crescem juntos*”; “*é quando um grupo de pessoas trabalha para o bem comum*”; “*é ajuda para pequenos produtores*”; “*é todos se ajudarem sem auto se beneficiar*”; “*trabalhar em conjunto*”; “*trabalho em grupo não individual*”; “*compartilhar saber e dificuldades*”; “*buscar a troca de experiências visando ajudar uns aos outros realizando o comércio entre os próprios produtores para conseguir matéria prima mais barata*”.

A Associação das Colônias montou um projeto com a finalidade de promover e proporcionar a autonomia a mulher quanto ao potencial que as esposas dos associados tinham, já que elas ajudavam os maridos no trabalho do campo, mas também faziam pães caseiro, doces, geleias, bolos, entre outros. Diante desse projeto voltado especialmente para as mulheres, houve a motivação delas em participar do Projeto Cozinha Comunitária, então os convites para fazer parte da associação surgiram da própria Presidente, eleita em 2018, que já conhecia as mulheres porque os maridos já participavam da Associação das Colônias fornecendo produtos *in natura* para a merenda escolar mais de forma ainda muito principiante, foi quando a Presidente tomou a iniciativa de entender melhor os programas de políticas públicas do Governo Federal – PAA e PNAE – e viu que além de produtos *in natura* também eram aceitos produtos processados e de panificação, então a Presidente elaborou o Projeto Cozinha Comunitária e convidou as mulheres associadas para fazerem parte deste projeto.

Desse convite, muitas foram pela curiosidade de saber como era este projeto, outra foi convidada por uma pessoa já associada que participava, às vezes a mãe ou a sogra já participavam da Associação das Colônias e apresentou o projeto com a finalidade de uma maior divulgação; e assim, se consolidou o Projeto Cozinha Comunitária no qual só trabalham mulheres na produção de produtos processados e panificação, como já foi descrito anteriormente.

O tempo que as mulheres têm de associadas não ultrapassa de quatro anos, esse também é o tempo do Projeto Cozinha Comunitária. Pode-se dizer que essa participação das mulheres nesse projeto é ainda muito recente, mas com muita força de vontade em crescimento e

aprimoramento; mesmo neste processo de ser iniciante, foi perguntado se a associada pretendia continuar produzindo os produtos processados e de panificação, e as repostas foram todas positivas, pelo motivo de que: *“é um bem comum; ter uma renda própria e um trabalho para se ocupar”*; *“a renda ajuda em casa porque há um aumento do dinheiro”*; *“a necessidade de melhorar a renda para família”*; *“eu gosto de fazer pães, bolos, este trabalho para mim é um lazer”*; *“ser independente da renda do marido”*; *“é rentável”*; *“porque hoje este trabalho é o que me dá uma renda”*, *“saí da cozinha!”*.

Com todas as respostas sendo favoráveis através dos relatos nos questionários respondidos pelas mulheres, foi arguido o que mais a motivava a permanecer na associação, e não muito distorcido da contestação posteriores, foi narrado que: *“a facilidade de ter uma renda e falta de burocracia”*; *“o fato de todos se darem bem, haver bom relacionamento entre pessoas e tudo o que produz é comercializado”*; *“todo o esforço que a Presidente dedica a nós para que possamos crescer juntos”*; *“os preços que a cada ano aumenta e a evolução e divulgação dos produtos orgânicos”*; *“o aumento da renda, os cursos que são ofertados aqui na associação”*; *“é um trabalho gostoso de fazer”*; *“ter algo para fazer e ter uma renda”*; *“porque gosto de panificação”*; *“para produzir mais e ganhar mais”*; *“para ser útil em alguma coisa”*; *“o bom andamento da associação que cria sempre oportunidade de gerar renda e tem uma ótima administração”*; *“traz os curso para que tenhamos novos conhecimentos”*.

A partir dos relatos analisados através do questionário, pode-se perceber que as mulheres associadas se encontram “realizadas” com a conquista da sua autonomia, são satisfeitas com trabalho que executam e são felizes, *“eu sou feliz no que faço”* (frase transcrita de uma das respostas do questionário – MASS 10).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pontos principais dos programas de políticas públicas do governo federal – PAA e PNAE – para Associação das Colônias na cidade de Castro – PR foi a integração entre a comunidade, a agricultura familiar, a autonomia feminina e os vários segmentos governamentais e sociais. Quando há um trabalho conjunto, em que os interesses são negociados e a Prefeitura tem visão e vontade política, acreditando que tais ações visam à desconcentração de renda e ao fortalecimento da economia local, é possível realizar projetos com resultados positivos, e um destes projetos foi a Cozinha Comunitária.

Isto não significa inexistência de conflitos, ou soluções rápidas e fáceis para os problemas estruturais e operacionais, mas sim uma disposição para o enfrentamento, em que se

reconhece a necessidade do associativismo para o atendimento às demandas que se almejam, desenvolvendo a noção da economia solidária e do desenvolvimento local e rural entre os agricultores familiares.

A contribuição que esses programas do governo federal ofereceram para a Associação das Colônias refere-se ao fortalecimento da economia local através dos recursos que são repassados do PNAE e PAA a Prefeitura, a qual, por sua vez, investe na própria região com aumento e diversificação da produção. Com esse investimento, há o fortalecimento institucional, a redução do êxodo rural pelo ânimo renovado dos pequenos produtores, principalmente no caso do PAA; abertura de novos mercados após o início das vendas para a Prefeitura; investimento na atividade produtiva; garantia de renda tanto para os homens quanto para as mulheres daquela associação; a ampliação da qualidade de vida; e aumento da formalização dos agricultores familiares por meio do cadastramento e entrada em programas de políticas públicas para cooperativas e/ou associações. Tais resultados derivaram de uma série de ações e programas implementados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Castro, em parceria com o governo federal e com outras entidades locais ou regionais – a partir da demanda da merenda escolar e do atendimento à sua legislação.

Quanto ao objetivo geral desta pesquisa investigar o papel da economia solidária para autonomia feminina na Associação das Colônias através da fabricação de produtos processados e de panificação foi atingido, pois esta investigação se deu através do questionário aplicado, bem como nas visitas realizadas a associação; e pode-se observar o quanto esta contribuição das mulheres na associação é positiva. Uma das contribuições encontra-se estabelecido em ata, que as reuniões aconteceriam sempre na última quinta-feira de cada mês, elas participam efetivamente, emitem suas opiniões, tem poder de voto, sugestões, indicam quais cursos precisam fazer, entre outros aspectos.

Portanto, a autonomia feminina não pode ser tratada como algo concedido, resultante de resoluções, como uma posição que se alcança através de alguma convenção. A autonomia emerge e se desenvolve em meio às relações de poder, vinculando-se a contradições diversas, em um processo que não insurge de um centro único, senão de práticas e relações em permanente construção. A essas palavras outras poderiam ser acrescentadas, relatos do excesso de trabalho e responsabilidades sobre as mulheres, da vontade de se capacitarem para aprimorarem seu pequeno empreendimento, ou mesmo vislumbrarem outras fontes de renda.

Por fim, o processo de mudança que cada mulher vai construindo à medida que participa do convite para participar da Associação das Colônias desvela o fetichismo de sua condição feminina imposta historicamente, enfrenta os conflitos e contradições, vai fazendo

emergir o seu “ser mais” como ser humano e como mulher. Este resultado não se mede e muitas vezes não se visualiza em um passe de mágica, mas precisa ser observado como processo de luta por valorização, participação, cidadania, libertação e autonomia, como afirmam as mulheres associadas. São resultados quase invisíveis, mas que dão o sentido estratégico da importância do próprio reconhecimento como mulher independente.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; MADERS, Angelita Maria. A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 10, n. 19, jul-dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v10n19p91-115>. Acesso em: 14 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLTZ, Rita de Cássia. **Entrevista concedida aos pesquisadores Alcione Lino de Araújo e Plínio Gonçalves Fahd**. Castro, 24 de março de 2022.

GUÈRIN, Isabele. **Sociologia Econômica e Relações de Gênero**, in: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2005, pág. 55-63.

IBGE – **Base Cartográfica Digital** – IBGE – 2023. Carta topográfica Telêmaco Borba, SG.22-X-A, escala 1:250.000 (digital). ADAP. E ORG.: Strack, I.R.L., 2023.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2022: Resultados preliminares. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/2022default.shtm>. Acesso em: 10 março de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados preliminares. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=25757&t=publicacoes>. Acesso em: 10 março de 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> - Acesso em: 22 nov. 2023.

IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2007. 108 p. (Série Trilhas).

MACHADO, Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual; MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros; THIOLENT, Michel Jean Marie. The common and the unfolding in the solidarity economy from ecological sanitation. **Saúde e Sociedade**, v. 30, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021181188>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MANCE, Euclides André. **Economia Solidária**: um novo paradigma? In: SEMINÁRIO CATARINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Florianópolis, 2000. **Anais....** Florianópolis: SCES, 2000. Disponível em: www.milenio.com.br/mance/economia2.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

MELO, Aurélio Alves; VIEIRA, Fernanda Rodrigues. Agricultura familiar competitiva: um diagnóstico estratégico da agroindústria de processamento de frutas e vegetais pertencente à cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga - Goiás. **Enciclopédia biosfera, centro científico conhecer**, Goiânia, v.8, n. 15, p. 2392, 2012. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/3797>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. **Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista.** In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.

OIT - Organização Internacional do Trabalho – **ABC of women workers’ rights and gender equality.** Disponível em:
https://www.ilo.org/lisbon/publica%C3%A7%C3%B5es/WCMS_714600/lang--pt/index.htm
ISBN 978-92-2-119622-8 - Acesso em: 24 setembro de 2023.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/11449/105066>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Vanessa Costa *et al.* Economia Solidária e Empreendedorismo aliados aos bancos sociais na contribuição do desenvolvimento regional: Uma revisão de literatura. **Comuni@ Cción: Revista de Investigación en Comunicación y Desarrollo**, v. 14, n. 3, p. 266-279, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33595/2226-1478.14.3.894>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PAIXÃO, Mayara. Conheça o projeto de extensão universitária fundado pelo economista Paul Singer. **Jornal do Campus (USP)**, 5, 2018. Disponível em:
<https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2018/05/conheca-o-projeto-de-extensao-universitaria-fundado-pelo-economista-paul-singer/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PASTORE, José. **Situação Sócio-Econômica da Mulher.** 2002. Disponível:
http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/artigos/art_pastore.htm. Acesso em: 06 jun de 2023.

PINHEIRO, Diógenes. **Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores.** In.: TEDESCO, João Carlos. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 406p.

PRONAF-MULHER - **Financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.** 2023. Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>. Acesso em: 22 nov. 2023

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. O papel da mulher nas transformações da agricultura Familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, p. 1-6. **Anais...** Rio Grande: FURG, 2010.

ROSSINI, Rosa Ester. Womem, Migration, Enviroment and Rural Development Policy in Brazil. **Recife: Revista Rural & Urbano**, v. 2, n. 01, p. 134-150, 2002. Disponível:
<http://www.fao.org/DOCREP/x0210e/x0210e00.htm>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, Fábio Pereira dos. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil.** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-SP). São Paulo (SP), 2011. Disponível em: <https://pesquisa->

eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/fabio_pereira_dos_santos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. [orgs]. **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SEGER, Adelaine Catarina et. al. **Mulheres Gerando Trabalho e Renda na Agricultura Familiar**. Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE). Santa Rosa-RS: Coli Gráfica e Editora, 2007.

SILVA, Carolina Braz de Castilho. **A pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/22983>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estrela Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed – Florianópolis: UFSC, 2005.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Ed. Contexto. 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André; CUNHA, Gabriela; DAKUZAKU, Regina (Org.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Editora contexto, 2003.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia Solidária e Autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. **IPEA – Mercado de Trabalho**, [S.I.], n. 24, p.35-43, 2. sem. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5250>. Acesso em: 10 jun. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.